

## **ANÁLISE JURÍDICA**

**Projeto de Lei nº 25/2023**, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 2.623 de 20 de maio de 2014, e dá outras providências.

O Projeto atende formalmente aos requisitos previstos no art. 131, do Regimento Interno.

## I- REGIME DE TRAMITAÇÃO:

Ordinário.

O Projeto deverá ser submetido ao rito processual legislativo

## **II- COMISSÕES PERMANENTES COMPETENTES:**

Nos termos do art. 50, do Regimento Interno, opinamos para que sejam ouvidas <u>a Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão Pública</u>, e a <u>Comissão de Justiça</u>, <u>Redação</u>, <u>Ética e Cidadania</u>.

## III- QUÓRUM E PROCESSO DE VOTAÇÃO:

Nos termos do inciso I, § 4º, do art. 161, do Regimento Interno, o quórum para deliberação deve ser tomado por 2/3 (dois terços) de votos dos membros da Câmara, mediante processo nominal, consoante disposição regimental prevista no inciso VI, do § 5º, c.c. inciso III, do § 6º, ambos do art. 163.

Palmital, 18 de abril de 2023.

**Márcio Junior de Oliveira** Procurador Jurídico

Natacha M. Vilas Boas Campos

Estagiária de Direito